

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: ASPECTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS

Nelci Vieira de Lima*

RESUMO

Neste artigo, explana-se a respeito dos aspectos teórico-metodológicos e analíticos que envolvem a Historiografia Linguística, HL. A partir disso, pretende-se delinear os passos que envolvem a pesquisa historiográfica em si, buscando por meio da exemplificação de análises práticas, estabelecer o *modus operandi* da disciplina em questão. Importa-nos dizer que, as práticas analíticas aqui apresentadas foram desenvolvidas em torno das questões ortográficas da Língua Portuguesa, que permearam o pensamento linguístico de homens em dois recortes históricos estabelecidos, a saber: os séculos XVI e XXI. Objetiva-se, assim, demonstrar o quão profícuo se encontra os meandros da HL, disciplina que tem possibilitado a concretização da investigação a respeito do pensamento linguístico em torno de diversos temas recorrentes na história.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia Linguística; teoria; métodos; possibilidades analíticas.

ABSTRACT

This article aims to explain the methodological, analytical and theoretical aspects involving Linguistics Historiography, LH. From this, it is intended to outline the steps that involve historical research itself, searching through the exemplification of practical analysis, establish the modus operandi of the discipline in question. Our concern is to say that the analytical practices presented here have been developed around the orthographic issues of the Portuguese language, which permeated the linguistic thinking of men in two historical periods established, namely: the XVI and XXI. The purpose is, thus, to demonstrate how fruitful are the intricacies of LH, discipline that has enabled the realization of the investigation of the linguistic thinking around several recurring themes in History.

KEYWORDS

Linguistics Historiography; theory; methods; analytical possibilities

Aspectos teóricos: Reconstrução do passado em convergência com o presente

A HL é uma disciplina que surgiu na década de 1970 e tem sua cientificidade cada vez mais atestada pelo círculo acadêmico que a circunda, uma vez que os pesquisadores elegem seus métodos como propiciadores do fazer investigativo no qual se empenham.

Conforme Swiggers, (2012, p.38-39) a HL:

Pode ser definida como a disciplina (dentro do campo da Linguística [geral]) que visa proporcionar um relato descritivo e explicativo com base científica de como o conhecimento linguístico (ou seja, o que foi aceito num certo tempo como conhecimento, informação e documentação sobre questões relacionadas à língua) foi conquistado, e qual foi o transcurso do desenvolvimento desse conhecimento linguístico, desde o seu início até a era atual. (Tradução nossa)

Um dos principais objetivos da HL, como reitera Altman (2003, p. 29) consiste em *descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, ao longo do tempo.*

* Profa. Dra. em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, membro do Grupo de Pesquisa em Historiografia Linguística, do IP/PUCSP.

Ora, se a discussão sobre qual seria o objeto de pesquisa da HL já esteve no foco de muitos teóricos, hoje parece estar de certo modo resolvida. Segundo Altman (2012, p.19) *o primeiro desafio do historiógrafo da linguística reside, pois, na explicação dos limites do seu domínio e na enumeração dos objetos possíveis.*

Assim, ao afirmar que a HL deve ocupar-se com a produção e desenvolvimento do conhecimento linguístico ao longo da história, é preciso ter clareza do que se entende como conhecimento linguístico, o que não pode ser tomado apenas como a ciência Linguística, uma vez que esta surgiu apenas no século XIX, enquanto a preocupação com a língua existe desde que o homem tomou consciência de sua existência e começou a registrar suas preocupações metalinguísticas. A esse respeito, afirma também Altman (2012, p. 20):

O conhecimento sobre a linguagem, formalizado ou não, institucionalizado ou não, fez parte da vida intelectual de muitos povos antes do século XIX, sob outras formas e sob diferentes designações. Não há razão alguma por que devam ser excluídos das historiografias linguísticas contemporâneas que se propõem abrangentes, ou mesmo daquelas mais especializadas, que se erigem a partir de problemas específicos e das respostas dadas a esses problemas. De uma perspectiva ampla, o termo linguística pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem que tenha sido feito pelo homem, onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação.

Dessa forma, o objeto de pesquisa da HL é o saber linguístico historicamente constituído. O que, contudo, ainda oferece obstáculo ao historiógrafo, conforme reconhece a historiógrafa:

Considere-se ainda que, embora a questão da autonomia da disciplina linguística pareça estar, nos dias de hoje, resolvida, determinar com precisão do que se trata exatamente esse objeto “em si mesmo” é tarefa, admitida, quero crer, por qualquer historiógrafo da linguística (e também por qualquer linguista), como extremamente difícil. (ALTMAN, 2012, p. 20)

Preocupar-se com o saber linguístico é, conforme Schlieben-Lange (1993, p. 42), *tratar como linguística tudo aquilo que tem sido considerado, em determinada época, como objeto de perguntas e argumentações referentes à língua.*

A autora defende a *decisão de considerar a argumentação como uma forma genuína da comunicação científica* e elenca inúmeras questões que podem se colocar como tarefa ao historiógrafo da linguística:

Quais são, em determinado momento histórico, os objetos questionáveis da linguística? Sob que condições e para que fim se tornaram objetos de exame? Quais são as questões que, em determinada época, são consideradas científicas, isto é, suscetíveis de um tratamento argumentativo (eventualmente também sistemático e controlável)? (SCHILIEBEN-LANGE, 1993, p. 42)

Para a teórica *a história da Linguística como a história de comunidades argumentadoras e de textos argumentativos tem dois lados: um externo e um interno.*

Sendo que, do ponto de vista externo, afirma que

a história das comunidades argumentativas deve ser descrita, comunidades nas quais se discutem questões que dizem respeito às línguas. Quem, ou seja: quais pessoas, grupos, membros de quais especializações argumentaram sobre as línguas; em quais instituições isso é realizado (escola, universidade, foros públicos, academias, etc.); de que forma isso é feito (concursos, revistas, congressos, etc.); o meio no qual a argumentação acontece, influencia a forma da argumentação (oral/escrito, livro/cópia etc.)? Pode-se perguntar se é significativo, no âmbito da história externa da Linguística, examinar-se não somente a história das instituições, como também a história social e cultural em um sentido mais amplo. (SCHILIEBEN-LANGE, 1993, p. 138)

Do ponto de vista interno, a autora afirma que *uma primeira pergunta que se coloca é sobre quais questões, em determinado período histórico, foram consideradas problemáticas e quais foram autorizadas para uma abordagem científica, (Ibid, 1993, p. 138).*

É importante salientar que a tomada dos postulados teóricos dessa autora justifica a seleção das fontes por nós selecionadas e analisadas, cujos recortes analíticos apresentamos, ainda que brevemente, no terceiro tópico deste estudo. Consideramos pertinente, desde já apresentá-las a nosso leitor, antes mesmo de encerrarmos esse tópico a respeito dos aspectos teóricos da disciplina HL.

Assim, elegemos como fontes primárias de nosso estudo: i) as obras do século XVI – *Gramática da Língua Portuguesa*, juntamente com a *Cartinha, Gramática em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, de João de Barros (1540) e *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536); e ii) as obras do século XXI – *Acordo Ortográfico: A perspectiva do desastre*, de Vasco Graça Moura (2008) e *Apologia ao desacordo ortográfico*, de António Emiliano (2010). Ambos os autores são intelectuais portugueses.

Ressaltamos que Tendo em vista que o fazer historiográfico pressupõe os atos de selecionar, ordenar, reconstruir e interpretar fatos históricos (Altman, 2003, p. 28; Bastos e Palma, 2004, p. 11), a seleção das primeiras gramáticas de Língua Portuguesa se deu não somente por se tratarem de documentos linguísticos e históricos, mas, sobretudo, por serem textos constitutivos de um espaço de institucionalização da língua, uma vez que foi no século XVI que as línguas neolatinas foram descritas e institucionalizadas, de forma que as primeiras gramáticas foram escritas com um intuito também político.

Não obstante, em um novo recorte temporal, também as obras selecionadas são oriundas de comunidades discursivas que tratam as questões linguísticas do ponto de vista político, uma vez que os textos selecionados incutem tentativas de intervenção contra o Acordo Ortográfico de 1990, que tendo ficado engavetado por quase vinte anos, vem a ser implantado no início do século XXI, motivo de descontentamento para uma parcela do povo português.

Cientes, assim, de estarmos operando com documentos reveladores de posicionamentos linguísticos, ortográficos e políticos de seus autores, é que nos permitimos as aproximações ou distanciamentos, conforme comentaremos mais adiante.

Isto posto, apresentamos ainda a nosso leitor, interessado nas perspectivas teóricas da HL, mais alguns pontos relevantes. Tomemos, então, o conceito de *metahistoriografia* que, de acordo com Swiggers (2009, p. 71) trata-se do *trabalho reflexivo sobre o fazer historiográfico, especialmente no que se refere a seus aspectos metodológicos e teóricos*. O autor define três tarefas para esse trabalho, sendo elas:

A tarefa construtiva (que consiste na elaboração de um modelo historiográfico e na construção de uma linguagem historiográfica), a tarefa crítica (aqui se trata de avaliar tipos de discurso historiográfico e de propor uma análise e uma apreciação das abordagens metodológicas e epistemológicas adotadas nos textos analisados), a tarefa metateórica (reflexões sobre o objeto, o *status* da historiografia, a justificação da (s) forma (s) de apresentação daquilo que é um fato linguístico para o historiador. (*Ibid*, 2009, p. 71)

Dessa forma, cumprindo a tarefa *metahistoriográfica construtiva*, Koerner (1996, p. 60), propõe três princípios que vêm, constantemente, sendo aplicados ao fazer historiográfico, sendo eles: *Contextualização*, *Imanência* e *Adequação*.

A *Contextualização* diz respeito ao estabelecimento do clima de opinião geral dos períodos em que as teorias se desenvolveram, (Koerner, 1996, p. 60). A aplicação desse passo é de grande importância, uma vez que permite ao historiógrafo o entendimento do quadro social, político, econômico, filosófico e cultural no qual se insere seu objeto de estudo.

A *Imanência* é o segundo passo a ser dado pelo estudioso da HL, e consiste numa tarefa nada fácil, pois trata-se do momento em que o historiógrafo deve voltar-se de um olhar moldado pelo clima de época na qual o objeto foi constituído. Ou seja, nas palavras do autor, tal princípio *consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto linguístico em questão*, (*Ibid*, 1996, p. 60). Ressalta ainda o autor que, o pesquisador deve se afastar, à medida do

possível, do seu quadro de formação na Linguística moderna, respeitando, dessa forma, a terminologia usada na época.

O terceiro princípio, a *Adequação*, é o momento em que o historiógrafo pode arriscar-se em fazer comparações entre o objeto pesquisado e sua época e as teorias linguísticas de seu tempo. Ressaltamos que tal princípio é também legitimador de nosso trabalho, uma vez que conforme dito anteriormente, fizemos dois recortes temporais visando compará-los, a partir das ideias linguísticas neles desenvolvidas.

Sem dúvida, os passos instituídos por Koerner (1996) têm sido norteadores dos trabalhos historiográficos da comunidade científica brasileira voltada à HL. A eles, porém, somam-se outros passos e parâmetros dados por Swiggers (2009, 2012) os quais descrevemos a seguir.

Para Swiggers, (2012, p.42), *o historiador da linguística é um "observador", um (crítico) "leitor" e um "intérprete" do curso evolutivo do conhecimento linguístico*. E como objeto da HL, o autor define que *a extensão do corpus pode ir desde uma obra particular, de um conjunto de produção de um só autor, a um leque mais ou menos estendido de textos, em relação com uma delimitação – geográfica, histórica e/ou temática – do objeto de estudo* (Swiggers, 2009, p. 68).

Swiggers (2012, p. 43) aponta também três passos, que segundo ele, fazem-se *indispensáveis a trabalho historiográfico*:

- Metodologia heurística: envolve a constituição do *corpus* de textos fonte, da documentação prosopográfica e bibliográfica; do estudo crítico da “história textual” das fontes (incluindo o estabelecimento de edições críticas, traduções e comentários com base científica, e um estudo da acolhida dos textos fonte); a busca por fontes “periféricas” que possam esclarecer as fontes mais diretas (e muitas vezes “canônicas”) usadas no trabalho historiográfico.
- Metodologia hermenêutica: envolve a interpretação contextualizada do conteúdo dos textos fonte (incluindo também as fontes “periféricas”) e o estabelecimento das relações entre textos, autores, grupos de pesquisa, tradições, etc.
- Metodologia de redação histórica: a constituição de um relato histórico representa um empenho na reconstrução da história, onde o historiador propõe ao seu leitor uma “história” sistemática do passado linguístico reconstruído.

O último passo, a metodologia da redação histórica, segundo o teórico, envolve três aspectos:

- a) Um exercício de “categorização”: a categorização do historiógrafo trata das opiniões, abordagens conceituais, estratégias descritivas mais ou menos explícitas, bem como pressupostos que possam ser recuperados a partir dos textos fonte;
- b) Uma “categorização profunda” que lide com o processo de deslocamento ou metaforização subjacentes às opiniões e abordagens acima (cf. SWIGGERS, 1991b);
- c) Uma exposição bem estruturada, utilizando uma metalinguagem organizada, pela qual o passado seja reconstruído de acordo com a categorização do historiógrafo e sua tentativa de “categorização profunda”.

Em trabalho anterior, Swiggers (2009, p. 70) já havia apresentado três fases para o trabalho historiográfico: *a fase da documentação, a fase da análise e interpretação e a fase da exposição dos resultados*. Além dessas três fases, o autor apresenta uma série de parâmetros que contribuem com o historiógrafo na investigação de seu objeto, quais sejam:

Cobertura	Diz respeito <i>a qual período, qual campo geográfico e qual temática constituem o objeto de tratamento historiográfico.</i>
Perspectiva	Interna: quando <i>se analisam as ideias e práticas linguísticas por si mesmas.</i> Externas: quando <i>se focaliza o contexto.</i>
Profundidade de análise	O autor afirma que este parâmetro se determina não só pela intenção ou vocação do pesquisador, mas, sobretudo, pelo <i>objeto de estudo e pela documentação disponível</i> , podendo a análise ser mais uma apresentação de dados, de textos ou uma análise destes dados, ou ainda uma tentativa de <i>explicar os grandes processos de evolução na história da linguística.</i>

Munidos, então, de todo este arcabouço teórico, passemos a explicitar os delineamentos metodológicos por nós realizados, para enfim, chegarmos aos procedimentos analíticos aplicados às fontes já apresentadas.

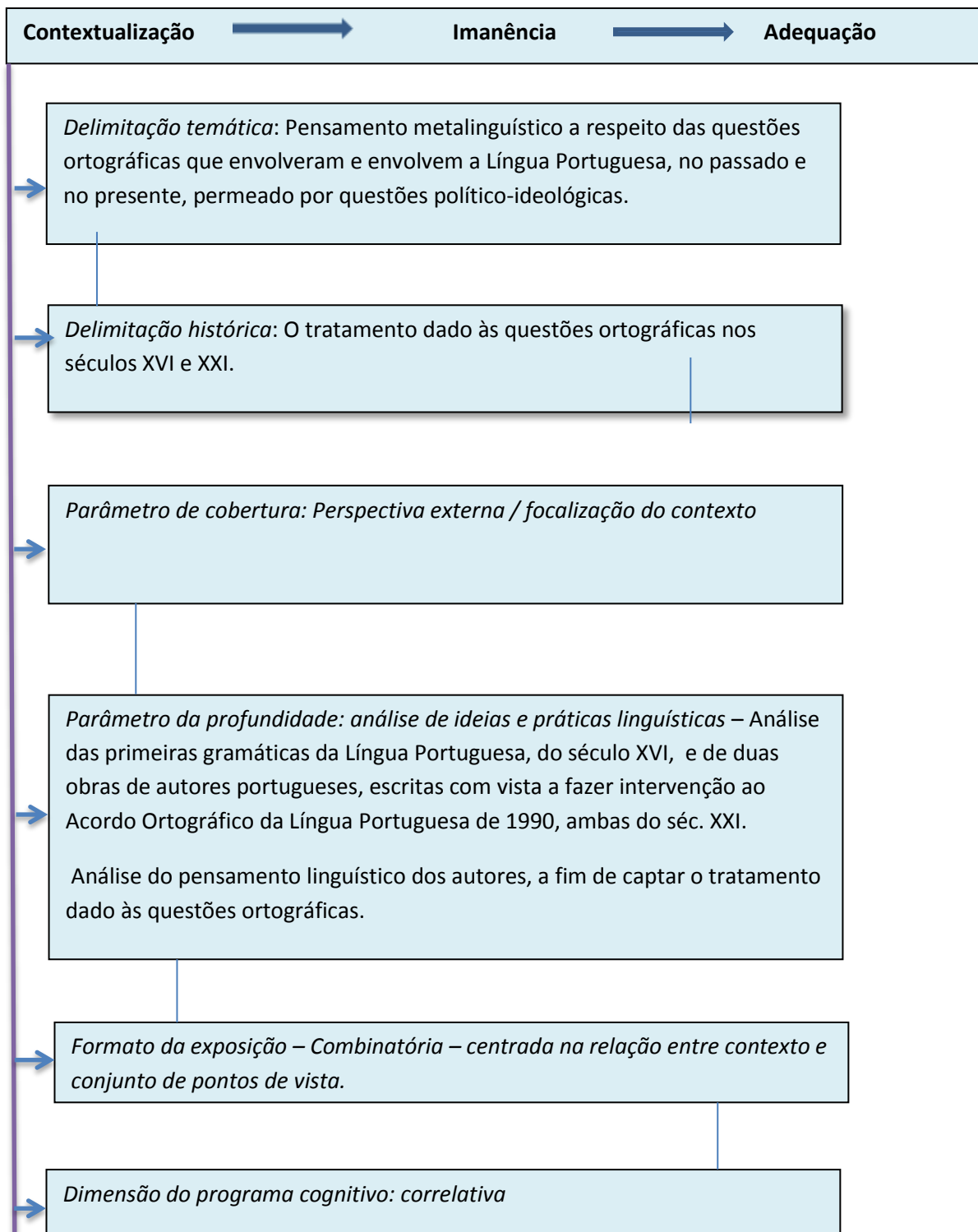
Aspectos metodológicos: seleção, organização e interpretação das fontes

Conforme já ressaltamos anteriormente, a abordagem que fizemos do nosso objeto se embasa teoricamente nos princípios propostos por Koerner (1996), sendo eles: *Contextualização, Imanência e Adequação*. Dessa forma, fizemos, num primeiro momento, o delineamento do séc. XVI e do séc. XXI. Em seguida, analisamos as gramáticas do séc. XVI, pensando no homem desse século, nos seus saberes e em suas

vivências. Também analisamos os textos de intervenção ao AOLP/90, dos autores portugueses, dentro da época em que foram produzidos. Somente num terceiro momento, é que efetuamos a adequação e nos arriscamos a estabelecer o diálogo entre os homens do séc. XVI e do século XXI.

Quanto à constituição do *corpus* de pesquisa, nosso respaldo está em Swiggers (2009, p. 68), uma vez que a fizemos de acordo com os parâmetros por ele apresentados, ou seja, trabalhamos dentro de uma *delimitação temática e histórica*. Sendo assim, como delimitação temática consideramos o pensamento linguístico a respeito das questões ortográficas, no âmbito político, e como delimitação histórica focamos em duas épocas distantes, buscando comparar os saberes metalinguísticos manifestados nas gramáticas do séc. XVI e nos textos de intervenção ao Acordo Ortográfico de 1990, do séc. XXI.

Ainda de acordo com os parâmetros estabelecidos por Koerner (1996) e por Swiggers (2009, p. 70), apresentamos a seguir um esquema, no qual definimos os passos seguidos para delinear e perscrutar nosso objeto de estudo:



Conforme procuramos enfatizar no esquema acima, o procedimento metodológico por nós adotado se embasa nos princípios dados por Koerner (1996) e Swiggers (1993; 2009). Sendo assim, horizontalmente, temos os três princípios dados por aquele autor, os quais são o fundamento de nosso trabalho, a seguir temos, verticalmente, as etapas propostas por Swiggers (2009) e que vêm complementar nosso caminho.

De forma metafórica, podemos dizer que a *Contextualização*, *Imanência* e *Adequação* são os mecanismos que alicerçam nosso empreendimento, enquanto os outros passos, apresentados verticalmente, são os tijolos que permitem-nos levantar as paredes de nossa obra.

Construindo gradativamente nossa análise, temos a *delimitação temática*, que nos autoriza a recuperar um tema que se repete ao longo da história: o pensamento metalinguístico a respeito das questões ortográficas, permeado por questões políticas e ideológicas. Ainda a respeito da *delimitação temática*, é conveniente lembrar, que esse parâmetro nos possibilita trabalhar com textos, que embora sendo de gêneros de diferentes, são oriundos de comunidades argumentativas que se dispuseram a discutir o mesmo tema: as questões ortográficas que envolvem a Língua Portuguesa no decorrer da história.

O *parâmetro de cobertura*, ao qual nos apoiamos, é aquele que concerne numa perspectiva externa, com focalização do contexto. Assim, temos, lado a lado, o século XVI e o século XXI, que embora distantes no tempo, são passíveis de uma aproximação semântica, visto a representação de cada um na história. Se no século XVI, o que tínhamos era um mundo em expansão, devido às conquistas geográficas por meio da coragem do homem renascentista de se lançar aos mares, o que temos, no século XXI, é um mundo no qual, a cada dia, as fronteiras se tornam fluidas, a partir do enfraquecimento do Estado, e do avanço das forças do mercado, que por sua vez, opera por meio das Organizações Internacionais. Assim, se no século XVI tínhamos uma nova geografia, com um mundo em crescimento, no século XXI, temos um mundo globalizado, geograficamente e culturalmente interligado. Se no século XVI, os limites territoriais coincidiam com os limites linguísticos, hoje, uma língua, como é o caso da nossa Língua Portuguesa, se estende no globo terrestre, independente das fronteiras geográficas e das nações que a falam.

O próximo parâmetro, por nós adotado, é o da *profundidade*, que consiste na análise de ideias e práticas linguísticas. Assim, analisamos os documentos históricos em questão com a intenção de captar as ideias manifestas por seus autores, por meio de suas práticas linguísticas. Como nossa perspectiva é externa, não analisamos a língua em si, mas o pensamento linguístico manifestado por meio dela. Ou seja, o que está em foco, não são as questões ortográficas puramente, mas sim, a forma como tais questões foram tratadas no decorrer da história. Lembrando ainda, que tratamos de tais questões, tendo sempre em vista o viés político-ideológico nelas engendrado.

O próximo item de nosso gráfico diz respeito ao *formato da exposição*, o que a nosso ver, é uma escolha determinada pelos passos anteriores, uma vez que ao trabalharmos sob uma perspectiva externa, que focaliza o contexto, é plausível, que no momento da exposição, optemos por uma combinatória, que relacione esse contexto ao conjunto de pontos de vistas apresentado nas obras. Assim, a exposição dos dados analisados, procura impedir que o passado cruze o presente, mas opta por, de forma paralela, apresentar o passado e o presente, cada qual há seu tempo, e somente depois estabelecer o possível diálogo sobre os pontos de vistas.

Por fim, temos a dimensão do programa cognitivo, que conforme Swiggers (2009, p. 71), tem grande relevância, sendo determinada por dois fatores complementares: pelo objeto de estudo e documentação disponível e pelo interesse e aspiração do pesquisador. Entre as opções apresentadas pelo autor, optamos por uma *historiografia correlativa*, que nos permite estabelecer a relação entre o conjunto de pontos de vistas linguísticos e o contexto sociocultural, político e institucional.

Uma vez que descrevemos, dissertativamente, o gráfico com os passos seguidos para o tratamento das fontes, passemos ao terceiro tópico, no qual apresentamos recortes das análises realizadas, de forma a evidenciar os procedimentos analíticos possíveis dentro do quadro da HL.

Aspectos analíticos: Amostragem de análises do *corpus* selecionado e da abordagem realizada

Apresentamos neste tópico uma síntese de algumas possibilidades analíticas, que a nós se mostraram pertinentes, a partir da leitura dos documentos históricos.

Amparados pela HL, cujos passos teórico-metodológicos já descrevemos minuciosamente, estabelecemos as seguintes categorias de análise:

- Para a leitura das obras do século XVI: a) O tratamento dado à língua portuguesa de forma geral, sob um viés político-ideológico, de caráter nacionalista e doutrinário; b) O tratamento dado, em particular, à ortografia, com vistas à definição de um projeto ortográfico para o estabelecimento da nova língua.
- Para as obras do século XXI: a) O tratamento dado à língua portuguesa de forma geral, sob um viés político-ideológico de caráter nacionalista; b) O tratamento dado, em particular, à ortografia, com vistas à

manutenção da dupla gestão normativa para a Língua Portuguesa: o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE).

Os questionamentos norteadores de nossa pesquisa foram estes: Em que medida é possível propor um diálogo entre o pensamento linguístico dos gramáticos do século XVI e dos acadêmicos portugueses, do século XXI, a respeito das questões ortográficas que envolvem a língua portuguesa no decorrer de sua história? De que maneira as questões ortográficas foram tratadas em diferentes épocas e em que medida é possível perceber as rupturas e continuidades no pensamento linguístico-ortográfico ao longo do tempo?

Como hipótese estabelecemos a possibilidade de que houvesse uma confluência entre o pensamento linguístico manifestado nas obras dos homens dos dois séculos, XVI e XXI. A nosso ver, tal confluência estava incutida no aspecto político que envolve a língua, uma vez que em ambos os movimentos argumentativos, das comunidades linguísticas selecionadas, a língua é tratada como instrumento político, imprescindível para o exercício do domínio cultural, político e econômico.

Na figura abaixo, procuramos demonstrar a relação de continuidade entre o pensamento manifestado por homens dos dois séculos. Apesar do grande espaço temporal, a língua, e as questões ortográficas, foram tratadas por ambos, sob um viés marcadamente político-nacionalista, para quem defender a língua, é defender também a nação. Nos traços pontilhados, procuramos demonstrar essa fluidez, do pensamento contínuo.

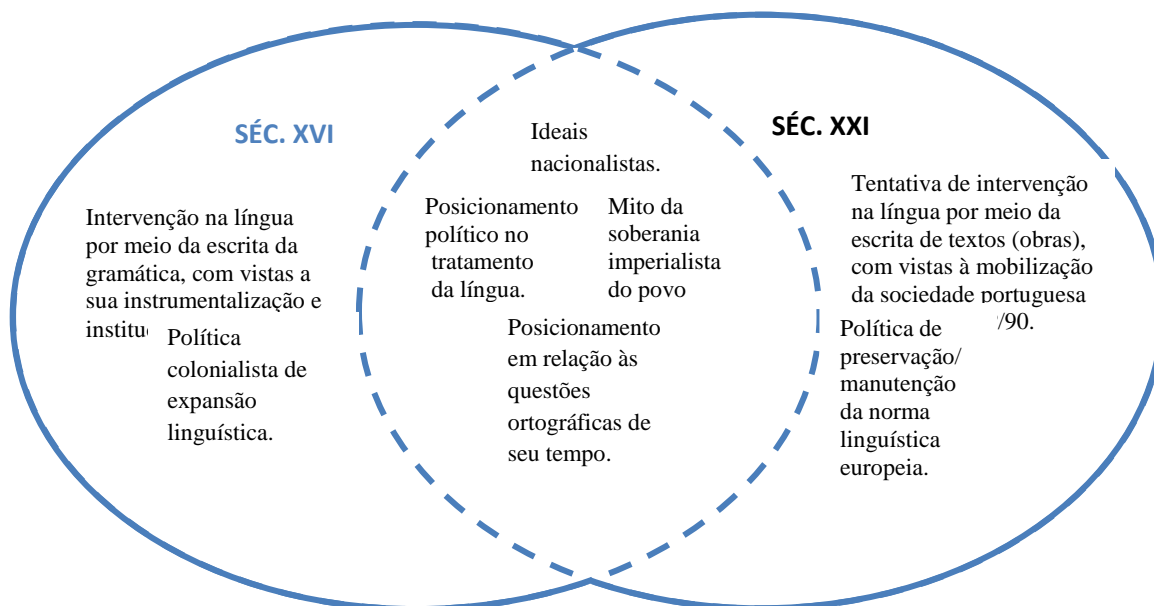


Figura representativa dos principais aspectos do pensamento linguístico dos homens dos séculos XVI e XXI, relacionando ideias e práticas linguísticas a seu contexto social, cultural, político e institucional.

Por ser o espaço do artigo limitador, procuramos apenas mostrar alguns aspectos conclusivos da análise. Ainda como exemplo da aproximação, expomos abaixo dois trechos, o primeiro de João de Barros, no século XVI e o segundo, de António Emiliano, no século XXI. Em ambos, chamamos a atenção de nosso leitor para o aspecto defensor da língua, da nação e da cultura portuguesa, ou seja, observa-se, claramente, o caráter nacionalista manifestado em ambos.

No trecho, de João de Barros, destacamos os verbos indicadores das ações intrínsecas à língua, para o gramático: declarar, mover, deleitar, exortar. Vejam que o autor cita Gil Vicente, numa postura nacionalista de exaltar seu conterrâneo, buscando o exemplo de um clássico escritor, argumenta que mesmo para Aristóteles, se tivesse a Língua Portuguesa como natural, encontraria nela uma riqueza vocabular que o permitiria escrever todos os seus tratados.

A linguágem portuguesa, que tenha ésta gravidade, nam perde a força pera **declarár, mover, deleitár e exortar a páрте a que se enclina, seja em quál género de escritura.**

E Gil Viçente, cómico que â máis tratou em composturas que algũa pessoa destes reinos, nunca se atreveu a introduzir um Çentúrio português, porque, como ô nam consente a naçãm, assi ô nam sófre a linguágem. Çérto, a quem nam falecer matéria e engenho pera demonstrar sua tençãm, em nossa linguágem nam faleçerãm vocábulos, **porque de crer é que, se Aristóteles fora nósso natural, nam fora búscar linguágem emprestada para escrever na filosofia e em todolas outras matérias de que tratou.** (BARROS, 1540, p. 400, grifos nossos)

O próximo trecho, por nós selecionado, como breve exemplificação, é de António Emiliano, que ao opor-se às mudanças ortográficas atuais, ou, mais que isso, ao declarar-se saudosista do sistema ortográfico antigo, diz muito sobre si, sobre seus pensamentos linguísticos. Sua postura e manifestação política frente à língua pode ser entendida como uma política de preservação/ manutenção da norma ortográfica europeia, e com isso manutenção da dupla gestão da língua, português europeu e português brasileiro. No excerto, o autor se dirige a Vossa Alteza, já que a obra é dedicada ao herdeiro da Dinastia de Bragança, extinta em 1640 pela ascensão da República, mas que conservava o título real, e na época era o chefe da Casa Real Portuguesa. Assim, procura lembrar o passado colonial português e da consolidação ortográfica que, segundo ele, o tempo proporcionou à língua.

Com (sic!) bem sabe Vossa Alteza Real, a Nação precisou de cerca de quatro gerações para consolidar as suas fronteiras europeias continentais actuais –facto notável e único no contexto europeu. A consolidação de uma ortografia portuguesa, essa, foi obra de mais de vinte gerações sucessivas. (EMILIANO, 2010, p. 16)

É com sentido de dever e de responsabilidade científica e cívica que apresento esta coleção de textos dispersos **ao Herdeiro e Representante da Tradição dos Senhores Reis que fundaram, aumentaram e conservaram a nossa multissecular Nação, Mãe de outras nações, e Mãe de outras línguas.** (*Ibidem*, p 17-18)

Dessa forma, encerramos esse breve tópico, contendo as amostras de análises, embora não tão abrangentes, como gostaríamos de as expor. Ressaltamos, porém, que nossa preocupação nesse trabalho foi muito mais de apresentar os delineamentos teórico-metodológicos para o tratamento de documentos históricos, fundamentados na HL, do que de enfatizar as análises feitas do material em si, o que deixaremos para um próximo artigo.

Palavras finais

O cerne do fazer historiográfico encontra-se em perseguir o saber metalinguístico engendrado em seu contexto histórico, ou seja, perscrutar pensamentos de homens de outras épocas, sem separá-los do clima de opinião do qual emergiram. Tal tarefa não se constitui de forma simples. Ao historiógrafo cabe fazer os recortes históricos exatos, que melhor o ajudem no entendimento de seu objeto de pesquisa. Assim, sua capacidade de síntese deve ser posta em prática, buscando entender e explicar os ideais políticos, históricos, identitários e culturais que permeiam o pensamento linguístico dos homens investigados, sem, no entanto, ficar apenas na descrição histórica.

Afora isso, devemos concluir este estudo afirmando que muitas são as possibilidades de realização de trabalhos historiográficos e que conhecer o passado linguístico, perscrutando pensamentos de homens de outras épocas é ponto crucial para o entendimento do presente e mesmo para a construção do futuro. A HL tem se mostrado como profícua disciplina com campo da Linguística.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Lisboa, 1540. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1971.

EMILIANO, António. *Apologia ao desacordo ortográfico*. Editora Verbo/ Babel: Lisboa, 2010.

GRAÇA MOURA, Vasco. *Acordo ortográfico: A perspectiva do desastre*. Alétheia Editores, Lisboa, 2008.

OLIVEIRA, Fernão de. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa, 1536. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1975.

Fontes secundárias

ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *Todas as letras: Revista de Língua e Literatura*. Universidade Presbiteriana Mackenzie. V. 14, n. 1, São Paulo, 2012.

BASTOS, Neusa M. O. Barbosa. *Contribuições à História da Gramática Portuguesa: O século XVI*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1981.

_____.; PALMA, Dieli Vesato. (Orgs.) *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino da Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

KOERNER, E. F. Konrad. *Practicing linguistic historiography: select essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.

_____. Questões de persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, nº 2, p. 47-70, 1996.

_____. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Publito, Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014.

SCHILIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Tradução: Fernando Rarallo [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SWIGGERS, P. La historiografia de lalingüística: apuntes y reflexiones. *Revista argentina de historiografia linguística*, I, 1, 67-76, 2009.

_____. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. *Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura*. Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 14, Nº 1, São Paulo, 2012.

_____. Histoire et Historiographie de l' enseignement du français: modèles, objets et analyses. *Études de Linguistique Appliquée*. Daniel Coste (ed.) nº 78, 1990.